

MODERNIDADE E CONTROLE SOCIAL NO BRASIL DOS SÉCULOS XIX E XX

Luiz Antonio Pacheco Queiroz

Doutor em Arqueologia

Pós-Doutorando no PPGap da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

E-mail: luizpachecoq@gmail.com

Manuel de Jesus Masulo da Cruz

Doutor em Geografia (Geografia Humana)

Professor da Universidade Federal do Amazonas

E-mail: manuelmasulo@gmail.com

Willian Carboni Viana

Doutor em Geografia (Geografia Humana)

Pós-Doutorando no PPGGeog da Universidade Federal do Amazonas

Professor no Instituto Federal do Acre – IFAC/CSM

E-mail: willian.geografiahumana@gmail.com

Resumo: Durante os séculos XIX e XX, no Brasil, a apropriação das heranças culturais e sua categorização dentro dos parâmetros de formação de uma nacionalidade, imposta pelas elites nacionais, foi influenciada pelos desígnios da modernidade, os quais, por sua vez, fragmentaram as identidades sociais. Nesse período, as elites brasileiras exerceram o controle social com a regulamentação do uso do espaço social, sem considerar a escolha dos habitantes e frequentadores dos lugares que seriam transformados, posicionando os indivíduos nos espaços geográficos através das posses. Este estudo, adota uma abordagem histórico-geográfica com análise de matriz crítica, utilizando fontes secundárias de pesquisa, para examinar esses processos, que (re)configuraram as paisagens nas cidades. Buscou-se, como objetivo central, ampliar as discussões sobre as consequências sociais das reformas, destacando os impactos das mudanças nas condições de vida e na distribuição espacial da população.

Palavras-chave: Modernização; Identidade; Lugar; Paisagem.

Abstract: During the 19th and 20th centuries, in Brazil, the appropriation of cultural heritages and their categorization within the parameters of nation building, imposed by national elites, influenced by the dictates of modernity, which, in turn, fragmented social identities. During this period, Brazilian elites exercised social control by regulating the use of social space, without considering the choices of the inhabitants and visitors of places that be transformed, positioning individuals within geographic spaces through possessions. This study adopts a historical-geographical approach with

critical matrix analysis, using secondary sources of research, to examine the processes that (re)configured landscapes in cities. The central objective was to broaden discussions on the social consequences of reforms, highlighting the impacts of changes on living conditions and the spatial distribution of the population.

Keywords: Modernization; Identity; Place; Landscape.

INTRODUÇÃO

As características de aproximação e afastamento em relação aos lugares estão profundamente enraizadas na formação cultural de diferentes localidades. Circunstâncias de afinidade ou ojeriza são moldadas por uma série de fatores, incluindo associações históricas e percepções simbólicas. No contexto brasileiro, as transformações espaciais decorrentes da modernização desempenham papel importante na maneira como as pessoas se relacionam com o ambiente ao seu redor.

Durante o processo de modernização, houve mudanças nas estruturas rurais e urbanas, resultando no relativo esvaziamento do campo e consequente crescimento das cidades, em acréscimo a industrialização, trouxeram consigo outras dinâmicas de ocupação do espaço e outras maneiras de significar os lugares. Essas transformações alteraram os meios físicos e influenciaram as relações sociais e culturais das pessoas com seus ambientes. Desse modo, anuncia-se a paisagem como categoria para se analisar as materialidades que compõem os meios urbanos, onde a formação de identidades foi rompida enquanto o poder dos opressores mantinha sua ascensão com as táticas de controle do espaço da cidade. Metodologicamente, este estudo adotou a abordagem histórico-geográfica crítica, através de fontes secundárias de pesquisa, para examinar os processos que (re)configuraram as paisagens das cidades brasileiras, sobretudo nos séculos XIX e XX.

No encaminhamento da abordagem, com o objetivo de ampliar as discussões sobre as consequências sociais das reformas, consideraram-se as práticas de apropriação espacial por meio das heranças culturais dos povos subjugados que foram combatidas e não tiveram mais onde acontecer devido às modificações espaciais que permitiram às classes dirigentes o estabelecimento de áreas controladas com seu poder de organização político-administrativo.

Reflete-se, portanto, sobre o domínio do espaço e direcionamento do que preservar dentre as heranças culturais, cujo projeto foi encabeçado pelas

elites brasileiras. As táticas desenvolvidas para exercer o domínio exigiram efetivar uma atuação vigilante para manter privilégios políticos e econômicos.

No tocante ao acesso que a paisagem dá para averiguar o enredamento das dinâmicas das cidades opostas à presença de toda a população, a atenção recai sobre o que passou a ser considerado patrimônio cultural e sobre como os bens culturais de um povo se tornavam problemas a ponto de serem proibidos para satisfazer os interesses de quem exercia o poder. Enquanto a paisagem é usada para identificar a recorrência de manifestações culturais no tempo e no espaço, as noções do patrimônio cultural são oportunas para buscar a compreensão das estratégias de expropriação dos subalternos, ajuizando as decisões de apenas preservar o que estava subjacente às formas de comportamento no território produzido pela hegemonia dos donos dos meios de produção¹.

No período, da passagem do século XIX para o XX, aconteceu de forma demasiada a expulsão dos menos favorecidos economicamente, onde os centros urbanos passaram a ceder menos espaço aos eventos religiosos de matriz africana e práticas artesanais de ganhos diários, reduzindo as chances de expressão cultural e financeira das camadas de baixa renda da população. Isso ficou registrado na nova paisagem urbana, cuja estrutura vigiada incorporou a resistência sob novas formas de comportamento para escapar da violência da materialidade efetivada pelos ideais oligárquicos.

No âmbito do contexto histórico, verificam-se eventos-chave do Brasil, partindo-se da exploração das reformas urbanas e do movimento de modernização, buscando compreender como esses processos moldaram a sociedade brasileira da época. Em seguida, examinam-se as relações sociais e as estruturas de poder. Esse foco, ao adentrar em investigações das interações entre elites nacionais e classes sociais mais baixas, desvela os efeitos dessas relações ao expor intrincados significados do controle disseminado por meio da apropriação e/ou produção de territórios. Ao fim trilha-se uma via reflexiva que questiona as práticas e decisões das elites em relação à gestão do espaço público e à categorização do patrimônio cultural. É forçoso nesta seara apontar a ausência da participação popular nas decisões e as desigualdades sociais surgidas com as políticas implementadas pelas elites. Isso evidencia a visão crítica sobre as implicações das ações das oligarquias que condicionaram uma identidade nacional brasileira.

¹ Noções de território-abrigo (das pessoas) e de território-recurso (das empresas) (Santos, 2006).

A combinação dos referidos elementos metodológicos permite encaminhar uma análise abrangente e crítica dos processos de apropriação do patrimônio cultural e controle social no Brasil dos séculos XIX e XX; estabelecemos uma compreensão ampla dos complexos mecanismos que moldaram a sociedade brasileira. Para entender quais ideias guiavam as decisões do período é necessário avaliar em que se arvoravam, o que leva à base da teoria da modernização, ou seja, as elites difundiram seus planos de apropriação territorial por meio da consideração da passagem por estágios de desenvolvimento linear, caminho obrigatório de todas as sociedades, que partiriam de formas tradicionais para formas modernas de organização social, política e econômica.

Os modelos europeus e ocidentais sustentaram essa noção reproduzida nos projetos de modernização do Brasil. O progresso e desenvolvimento dessa via, considerados sem retorno, sensibilizaram o destino dos recursos do Estado à adoção de linhas de ação guiadas por transformações conduzidas nas remodelações dos logradouros, mas também nos padrões arquitetônicos de imóveis. O que foi bastante difundido pela Escola Norte-Americana de Sociologia até a parte final do século XX, ao considerar ainda os modos tradicionais como sendo subdesenvolvidos (Bernstein, 1996, p. 197).

Os traçados de arruamentos, quarteirões, padrões construtivos de habitações, prédios públicos e medidas de acabamentos copiados de cidades europeias tornaram-se hegemônicos, porém não passaram despercebidos por toda a sociedade, tendo sido. É importante notar que a aplicação da teoria da modernização no Brasil também foi objeto de críticas e controvérsias. Mesmo assim, em meio a todo o processo de disseminação, tais ideias foram influentes nas considerações sobre o que patrimonializar.

Esse elemento fulcral das heranças culturais da nação foi moldado com estereótipos etnocêntricos de base europeia, compelindo toda a sociedade a admitir as manifestações vindas de fora como as únicas que deveriam ser manifestadas. Assim a nação deveria se despir das experiências do passado, fazer no presente o que era considerado belo, recordável e preservável pelas características de expressão ditas civilizadas, por conseguinte, abandonar as manifestações culturais genuínas da população, surgidas da resistência e do contato entre tantos povos no território brasileiro.

A REDUÇÃO DA DIVERSIDADE DA PAISAGEM NOS CENTROS URBANOS

As proposições para fundar uma herança cultural impunham o rompimento com a ordem antiga, uma autêntica forma de opressão que enfraquecia a criatividade e o compartilhamento. A ordem que tornava vigente nas remodelações sob esta noção foi disseminada, principalmente os centros urbanos locais onde convinham aos grupos sociais dominantes exercerem soberania. Nesses territórios citadinos havia eficazes possibilidades de lucratividade com os serviços públicos e a posse das decisões de aplicação dos recursos financeiros.

Em meados do século XIX estava em formação o quadro estrutural que possibilitou a existência da reunião de tamanho poder, estabelecido com a implantação das formas capitalistas de produção. É um enredamento que ao mesmo tempo observou a melhoria de conexões viárias para o escoamento da produção agropecuária e a implantação de meios de comunicação que aproximaram os sertões da linha costeira. Por conseguinte, tornou-se maior a interação entre povos das diversas regiões e o tempo de deslocamento reduzido para o que estava estabelecido anteriormente com a estrutura pouco abrangente para a maior parte do território nacional.

O quadro descrito, em que se encontrava a estruturação capitalista no Brasil, foi o que manteve as regalias da concentração de riqueza entre as oligarquias. Dessa forma, com alta recorrência, aproximadamente até a década de 1930, houve consentimento da centralidade do poder político e econômico na região Sudeste, principalmente entre os cafeicultores paulistas (Santos, 1993, p. 26). No tocante à concentração populacional nas cidades, até a primeira metade do século XX, não tanta reprodução de formas indignas de sobrevivência entre muitas gerações. Por outro lado, verifica-se a potente disseminação de diversos distúrbios sociais assentes desde o século XIX e imposição de contenções em locais públicos, cujo uso passou por mudanças, tendo sido proibidas muitas manifestações culturais desalinhadas com os ideais de modernização. Há relação disso com a inacessibilidade aos meios de produção, circunstância de vida da maior parte dos habitantes das cidades que recrudescer enquanto se fortaleciam os princípios da modernização, desestruturando a afetividade de tanta gente com as paragens urbanas ao reduzir suas chances de se apossar de uma área antes considerada por si como comum ao seu cotidiano. Como repercussão são notórias as rupturas da identidade quanto aos liames que engendram os modos de ser.

As referidas formas de afastamento dos grupos humanos estiveram presentes nas táticas das classes dominantes realizadas para o aprisionamento dos corpos e mentes, porém evitando seu total isolamento de outros afazeres, para os quais eram conduzidos devido à necessidade do uso de sua força de trabalho para atender aos serviços diários. Trata-se de uma expropriação cultural mediada pela condução de seu tempo de vida aos trabalhos que sustentavam a ordem do dia no funcionamento das cidades. Aí estão as possibilidades de aproveitar pequenos intervalos do trabalho para a atuação em atividades comuns, genuínas das heranças culturais de certos grupos. Observa-se que tal orquestração é pertinente às contradições da modernidade no centro urbano da cidade do Salvador, Bahia, que, por exemplo, ao mesmo tempo, levou à expulsão e atração de tradições populares. Foi o que aconteceu com as religiões afro-descentes e as manifestações populares que resistiram nas ruas, como a capoeira. Apesar de consideradas ilegais durante muito tempo, sempre estiveram presentes nesse território citadino (Oliveira, 1995-96, p. 189; Santos, 2009, p. 2; Gordenstein, 2016, p. 105-123). No caso da capoeira, seus praticantes envolvidos com trabalhos manuais se reuniam para as rodas nos momentos de lazer. Outro exemplo é a cidade de Manaus, pretensamente europeizada durante a abrangência da *Belle Époque*, consolidada durante o empreendimento da borracha.

As formas de resistência não apagam o pesado fardo da modernização para as classes desprivilegiadas da sociedade. Portanto não é circunstância que exime os contrassensos do projeto da modernidade de sua responsabilidade no esfacelamento das identidades, que, quando averiguados na análise das transformações dos espaços públicos, são relacionados aos discursos que beneficiavam os ideais modernizadores.

Nessa ótica verifica-se a trajetória borrada dos processos identitários da maior parte da população. É uma problemática que no Brasil é condizente ao estabelecimento da regionalização abrangida pela produção e consumo de base capitalista, que teve desde sua origem a desagregação de modos tradicionais de viver, cuja imposição de certos recursos, ditos sofisticados, à população se tornaram predominantes, levando ao perecimento de outros. Portanto, a regionalização é o meio que levou à obsolescência muito produtos tradicionais enquanto surgiam, nos novos mercados, materiais considerados requintados e que geravam homogeneização, causando a diminuição da continuidade dos ofícios tradicionais. Essas são as fundações do despedaçamento de identidades, o aniquilamento de memórias e reordenamento de paisagens.

Em cidades da região Nordeste, que tiveram sua criação sob os ideais referidos acima, não houve a criação de estrutura viária e de meios de comunicação com benesses à diminuição do tempo de deslocamento e interação tão comuns em porções do sudeste e sul do país. Os efeitos da modernização, tímidos em seus territórios de influência, foram disseminados por outros meios, por exemplo, a literatura dos cordéis. Esses fatores, que situaram seus habitantes, ainda eram recorrentes no final do século XX.

A dominação obtida através de tais instrumentos é abrangente em uma ampla parte do território brasileiro. Trata-se de um meio de privação da instrução de um povo como um todo, dada a enorme restrição à educação que deixava grande parte da população iletrada e dependente das oligarquias, consolidando o poder dominante desta última classe social (Canclini, 2011).

As práticas que levaram as elites brasileiras a exercerem a regulamentação do uso do espaço foram efetivadas com a modificação do casario antigo, arruamentos, becos e vielas, o que representou, para muita gente, a desestruturação dos lugares utilizados nas atividades lúdicas, nas celebrações profanas e religiosas, na labuta pelos ganhos diários, dentre tantas manifestações cotidianas. Dessa forma, o projeto de modernização difundido nos séculos XIX e XX no Brasil tem como singularidade o afastamento de transeuntes, frequentadores temporários e habitantes considerados inadequados para se manterem nos locais sujeitos às mudanças porque seus comportamentos não se alinhavam com o plano de estabelecimento do novo com a destruição do antigo.

O quadro indicado é comum nos centros urbanos de várias cidades brasileiras, de meados do século XIX ao início do século XX, esse. As rápidas mudanças atingiram diretamente o comércio de ambulantes, os rituais religiosos e a vida boêmia, por exemplo.

A presença de membros de grupos que incomodava as camadas privilegiadas da sociedade motivou as ações destas, que aproveitou sua posição de definidora dos discursos oficiais para a formação da urbanização sob os ideais de higienização e branqueamento da população (eugenismo), para produzir uma imagem de cidade caracterizada por um centro urbano exemplar, ou seja, frequentado pelas elites. A desestruturação criada pelos projetos de desenvolvimento urbano deu aos despossuídos o tom de desapego com o novo edificado, como um lugar vazio, sem sentido.

Paisagens modernistas foram criadas, mas não assimiladas por todos. Ao ser transformado, o espaço urbano ficou marcado pela ausência das vidas que por muito tempo o fez ser pulsante. Daí se deu tanto o trágico apagamento

de memórias quanto novas experiências em ambientes com outras redes relacionais e com valores muito apropriados à sensibilidade de uma minoria contrária à ampla sociabilidade.

As normas impostas pela economia mundial permaneceram decisivas para o que merece ou não ser preservado (Cardoso, *et al.*, 2017). O que persistiu na transformação das cidades foi o nítido desrespeito à população local subalterna. Portanto, pode-se afirmar que as mudanças impulsionadas pela escolha da teoria da modernização fizeram com que a percepção da paisagem tivesse que lidar com as novidades, que em alguns casos apenas aparentavam trazer fluidez e arejamento.

A DESVALORIZAÇÃO DAS HERANÇAS CULTURAIS E A SAÍDA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO

Refletir sobre o patrimônio cultural exige examinar os relevantes aspectos da vida que competem à organização de significados relacionados às dimensões práticas, cotidianas, mnemônicas e históricas das ideias por coletivos, que, apesar de sujeitas à sociedade moderna, ultrapassam as restrições de noções ocidentalizadas. É algo que requer pensar em como hábitos, comportamentos, formas de ser, saberes, lugares, celebrações e demais campos de ação são pertinentes aos diversos modos de vida e são relacionados a acontecimentos do passado e presente que vinculam seus executores a um tempo seu e/ou compartilhados com a sociedade (Gonçalves, 2009, p. 26).

Há uma dimensão categórica do patrimônio cultural que advém do contexto histórico, sem quaisquer chances de ser único para todos os tempos e sociedades. Preferencialmente, é necessário entendê-lo dentro de sua permissividade às mudanças inerentes aos modos de ser, agir e pensar do momento de sua constituição.

Todavia há sempre um direcionamento dito oficial, uma consideração institucional concebida por mecanismos de gestão do país que são influentes na patrimonialização. Quando consideramos a participação do público maior nas ações voltadas à salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil, há distanciamento das classes populares nas tomadas de decisões. Não se trata de minorias e sim do grande contingente populacional ávido por falar e não se deixar calar, especialmente quando se trata de heranças coletivas. Sem os laços entre quem estava marginalizado e seus locais afetivos as implicações do apelo popular do patrimônio cultural não haveriam mudanças sociais positivas (Harrison, 2008, p. 241-243), o que satisfazia aos interesses das elites.

É necessário considerar os esforços de tantos defensores para a ampla abrangência e valorização de bens culturais dentro da noção de patrimônio cultural. A partir das ações de Mário de Andrade (Teixeira, 2008; Chuva, 2012, p. 154), nos anos 1930, surgiram meios para conceituar o patrimônio cultural oriundo dos costumes e manifestações culturais, porém considerando os bens edificados.

Na base da noção há uma busca por valorizar o que parecia em vias de desaparecimento, o que conduz admitir uma desestruturação cultural no Brasil em grande dimensão. Quando buscamos entender as causas disso é evidente a tendência em enveredar pela ótica da apropriação territorial que as elites efetivaram ao buscar manter seus privilégios. Mas é forçoso considerar em alta monta a questão surgida da reflexão de um modo de conceber o patrimônio cultural de modo inclusivo. Aí devem estar presentes a criatividade e capacidade que coletivos têm de manter em seu cerce os conhecimentos transmitidos através de gerações. É exatamente tais fatores comuns à resistência que foram combatidos pelo projeto de modernização do país, através de condutas que reduziam espaços e impediam tempo hábil para sua plena manifestação, condenando-as a distanciar-se das áreas urbanizadas, já desde o Império e mais intensamente na República.

A evidência que lidamos tem sim no desencadeamento dos planos de modernização uma notória conexão com fatores decisivos para a reprodução de um conjunto selecionado dos bens patrimoniais ou para a interrupção da transmissão dos saberes. Tais fundamentos, conforme mencionados no tópico anterior, disseminaram novas formas de pertencimento e identificação social, de se comunicar e a criação de mercados regionais que agregaram as manifestações culturais. O apoio externo é nítido, já que nas estratégias das elites internacionais, os meios de manipulação da cultura foram aprofundados através da política cultural e ideológica que facilitou o controle da economia mundial.

A força dos nossos argumentos está na plenitude dos significados da dominação social, observados na apropriação da cultura como o meio para equilibrar a difusão das heranças materiais e o uso do capital. Não é uma característica própria apenas dos centros urbanos brasileiros. Da mesma forma aconteceu com regiões da América Latina apropriadas por esse processo que teve como base a acomodação das classes subalternas e hegemonia do poder social das elites nacionais, apoiada por organismos internacionais.

A referida assertiva tão comum a uma grande extensão de terras foi percebida por Néstor Canclini (1983, p. 34-35), que em sua análise materialista indica que a apropriação da cultura como crucial para o predomínio das elites no direcionamento da vida social. Como um todo esse processo foi exitoso com a associação das estratégias que conduziram modos de ser julgados sofisticados, limitando o espaço-tempo de manifestações da cultura popular ao restringir o acesso a bens materiais e áreas das cidades.

Ressaltamos que no enredamento que indicamos estiveram presentes, como gestores, os grupos que conectaram a exploração social ao controle do que (des) valorizar, artimanha que tornou a ideia de patrimônio cultural comum aos seus ideais e distantes das camadas populares. Trata-se, portanto, de uma trajetória inscrito na longa duração, cujo processo se deu no Brasil desde o século XIX junto à visão Ocidental de cultura, vinculada à construção de uma identidade nacional, bastante arraigada aos movimentos que buscavam autonomia política (Pinheiro, 2017, p. 14).

Prosseguindo, argumentamos que a condução de planos para manter territórios em um firme controle esteve relacionada aos legados culturais impostos que resultaram em uma noção do patrimônio cultural artificial, desprovido de qualquer sentido para quem estava acostumado com a reprodução de seus modos de viver, consumir, fazer, saber, trocar e organizar as ideias, ou seja, atingiu o cerne das camadas de baixa renda expropriando-as de seus territórios. Isso é visível com a desagregação do patrimônio cultural, cujas circunstâncias de fundação levou à desarticulação da sociedade, com o incremento de imposições da economia mundial. Daí foram definidos os bens culturais propensos à preservação como herança cultural.

É importante considerar o estado da expansão do domínio oligárquico, firme enquanto parte da materialidade resultante da mundialização do capital. É o mesmo princípio do surgimento dos mercados regionais que geraram nova dinâmica às relações comerciais com os estímulos à alta competição entre as regiões onde houve penetração com a propagação de jeitos de ser e modos de consumir inventados.

A profundidade disso está na dependência que as localidades e manifestações culturais passaram a ter com a internacionalização econômica desde o modernismo, a princípio, no século XIX, tímida devido aos custos altos do transporte de mercadorias e mais recentemente, após meados do século XX, acelerada com as múltiplas formas de monopólio do espaço e da localização (Harvey, 2005, p. 221-227; Harvey, 2008, p. 237-256).

Assim, a cultura se tornou mercadoria essencial da afirmação de identidades ao passar por condições de valorização, primeiro, estabelecida pelo Estado-nação e depois apropriada por empresas multinacionais. Com isso houve, então, “o nascimento de um novo local que se identifica frequentemente, mas não exclusivamente, com o regional, e cuja lógica é a de cada um por si e de soluções particulares” (Lacerda, 2002, p. 92).

Compete dizer que o domínio social, assumido pelas elites oligárquicas, motivou a criação de espaços sociais para a implantação de normas, a orientar, de certo modo, mercados consumidores, admitidos como o local da cultura (Bhabha, 2001, p. 198-207). Essa última expressão de Homi K. Bhabha foi incorporada ao propósito desenvolvido neste escrito, com destaque ao que esse teórico literário deu à multiplicidade de entendimentos da localização da cultura por meio dos alcances da nação moderna.

No fazer novo e melhor, e na extinção do velho ultrapassado, houve emprego de noções culturais avessas à cultura popular. Assim, com o apego aos conhecimentos vindos do exterior, as elites nacionais brasileiras criaram os meios para aplicar a dominação sustentada pela teoria da modernização, em uma ordem social baseada no evolucionismo – que considerava as classes subalternas inferiores e indignas de ter conhecimento.

A feição de tal concepção negou heranças, desestimulou a transmissão dos saberes e fazeres, o que levou à perda de memórias com as rápidas transformações das paisagens das cidades, tornando importantes os novos modos de agir e pensar. E junto aos estratégias das classes dominantes, seguiram planejamentos nacionalistas que cercearam as camadas populares com imposições do que tornar mito, do que adorar e do que alçar à memória.

A opção por ressaltar os regramentos em curso nos séculos XIX e XX e impostos pelos grupos sociais que agregavam o poder político e econômico é eficaz por uma razão elementar: se tornou muito difundido, e hegemônico no território nacional, a associação do controle social com as estratégias entranhadas no direcionamento da cultura e obrigação da assimilação das manifestações dos bens patrimoniais do gosto das elites. Face às possibilidades de controle social, estiveram concentradas as decisões de realizar modificações no espaço citadino e rural.

Na prática de elevar à categoria de patrimônio cultural o que lhes convinha, os donos do poder escolheram como tornar moderno o espaço urbano, ao pôr abaixo construções entendidas como antiquadas e contrárias ao progresso. Ao mesmo tempo, ergueram vias e conjuntos arquitetônicos à

semelhança de edificações consideradas modernas e com certa tendência a características europeias.

No longo período de hegemonia do direcionamento dos ideais modernistas é inegável a preferência pelos bens considerados sofisticados devido ao seu enquadramento em aspectos pertinentes à modernidade. Associa-se também a esse quadro o desapego por técnicas, equipamentos e usos de materiais considerados rudimentares. Há uma clara associação da desestruturação das múltiplas identidades com a teoria da modernização empregada no Brasil nos séculos XIX e XX.

Um dos destaques é a tentativa de constituição de uma mono-identidade nacional, especialmente a partir da década de 1930. E aí estão as intrínsecas maneiras de planejar a reprodução de ideias a partir da criação de mercados culturais em conexão com os principais centros urbanos do país.

No período, acima referido, se estabeleceram importantes bases para a preservação do patrimônio cultural com o fomento de políticas públicas e o surgimento das primeiras universidades brasileiras (Chuva, 2012, p. 149). Essas são bases também para a consolidação das noções acerca do que é o patrimônio nacional. Intensificou-se a apropriação e reprodução da cultura como matéria de diversas áreas do conhecimento, direcionadas pelas camadas sociais dominantes, afeitas à adoração de obras de valor estético e excepcional comuns à matriz francesa (para visões da origem dessa concepção patrimonial ver Choay, 2001, p. 95-97; Funari; Pelegrini, 2006, p. 45).

Posteriormente às quatro décadas em que se solidificou o mercado de bens simbólicos no Brasil, as vias para o processo de internacionalização do capital tornaram-se eficazes e levaram ao frenético consumo material ordenado pelos ideais modernizantes (Ortiz, 2001, p. 113-115). Isso é francamente observado na obsolescência de saberes e fazeres em todo o território nacional, com a entrada de produtos considerados modernos pela alta sofisticação de seus materiais que permitem maior durabilidade e flexibilidade do uso.

Dois exemplos são interessantes para ilustrar a desapareição de técnicas e dos usos comuns de produtos tradicionais. Um deles é o caso do cimento que se popularizou na década de 1960 e gerou incrementos para recursos aglutinantes na construção civil, antes inesperado com o uso da cal que tinha longa trajetória de produção em fornos artesanais e um saber tradicional importante enquanto alternativa econômica para comunidades extrativistas, situadas em regiões com ricas jazidas para a exploração do calcário. Outro é a referência para os materiais feitos de polímeros que tornaram obsoletos os

objetos cerâmicos, antes comuns da fabricação de ceramistas, mestras artesãs que abasteciam tantas cozinhas com suas peças utilitárias.

A evidente perda de ofícios inscritos na transmissão de conhecimentos de muitas gerações não foi percebida enquanto desapareção de imprescindíveis modos de saber, fazer e usar. Esse é um legado negativo do processo de desvalorização do patrimônio cultural, infrutífero para a compreensão de meios da vida social no extenso território brasileiro. Claramente, critérios de monumentalidade foram atuantes para escolher o que ser preservado e/ ou disseminado como herança cultural no Brasil.

A inclinação à proteção dos bens edificados seguiu esse direcionamento, como forma de agregar, ao patrimônio cultural brasileiro, elementos materiais de grande magnitude. Uma referência para tentar equiparar as construções históricas às categorias de monumentos nacionais preservados e aptos ao reconhecimento por outras nações.

Apesar da declarada inexistência da sobrevivência da cultura popular, as determinações materiais em acelerada implantação no século XX, mas já em curso desde o século XIX, não impediram a permanência dos modos tradicionais de fazer e usar, mesmo diante das modificações que sofreram e com a vinculação a outras relações de confecção e consumo.

Dentro da situação de hegemonia das escolhas do que patrimonializar é necessário considerar, para pensar sobre a visibilidade do patrimônio cultural no Brasil, as contradições do projeto da modernidade. Quando vistas da análise das transformações dos espaços sociais, torna-se evidente que as identidades sociais perderam força face às narrativas modernizadoras à época, em que a desestruturação social se tornou aviltante com o aumento da desigualdade social, apesar dos discursos de alcance de melhorias sociais (Canclini, 2011, p. 69).

Do mesmo modo, não se deve indicar que distanciar-se das particularidades da modernidade seria a solução para a abertura da apropriação do patrimônio cultural. Canclini (1994, p. 95) mostra que a ambiguidade dos processos de mudança relativos à modernidade é positiva, porque apesar de desagregador é ao mesmo tempo potencialmente eficaz para a reprodução da cultura (como aproveitar então as formas midiáticas de propagação da cultura?).

Em relação ao rompimento com os ideais exógenos da caracterização da cultura brasileira, se toma como referência o caráter histórico da noção de patrimônio cultural. No período da gênese das concepções preservacionistas das heranças culturais nacionais, direcionadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional - SPHAN, naquele momento da década de 1930), é perceptível na idealização dos projetos de lei certa associação com o modernismo.

A base das concepções de salvaguarda incidiu na patrimonialização de elementos da identidade nacional, como meio de dar visibilidade a uma herança que se pretendia coletiva. Apesar de estimulador e inegavelmente abrangente a uma imensidão da população nacional, o anteprojeto do grande pensador daquele período e idealizador do texto base das leis de preservação do patrimônio, Mário de Andrade, não resultou em plena aplicação de suas ideias. E nele já existiam as características de inserir jeitos, costumes e hábitos comuns aos brasileiros.

Dessa forma, desde sempre, esteve presente na orientação dos bens a serem patrimonializados a imposição da noção de patrimônio cultural relacionada com a criação da identidade social brasileira, uma perspectiva que se manteve ao longo do século XX, porém tem sido resinificado nas últimas décadas. Assim, somente na década de 1980, a noção de patrimônio se torna abrangente entre os especialistas, essencialmente para a incorporação de realizações das camadas populares (Funari; Pelegrini, 2006, p. 36). Uma primeira missão, assumida por muitos críticos, foi à tentativa de esfacelar a noção de patrimônio cultural somente intrínseca aos bens materiais que, apesar das considerações inapropriadas, nunca estiveram isolados da imaterialidade sempre a eles inerentes.

A atenção unicamente voltada ao que é material é trabalhosa. Também a herança do longo período da negligência e desconsideração do estudo da materialidade pelas ciências humanas - à escala mundial - sempre esteve atrelada às situações cotidianas da relação entre as pessoas, mas desacreditada da relação dos sujeitos sociais com as coisas (Gonçalves, 2005, p. 21; Miller, 2013). A busca por uma (re)definição do patrimônio cultural é a medida de ganho de espaço político, efetivado com tomadas de decisão a nível internacional e baseada na ampliação dos elementos que figuram como herança do povo. Vincularam-se aí distintas experiências da modernidade (Gonçalves, 2009, p. 26), que propuseram beneficiar elementos da cultura popular como objetos do patrimônio nacional, porém sem o apoio de legislação - para proteção e preservação - o que não fortalece as bases para a reprodução da cultura (Canclini, 1994, p. 95-96).

Todavia, a tarefa de desconstruir a concepção de patrimônio cultural, e sua concomitante ressignificação, contribuiu para a emergência da autonomia dos povos, principalmente ao dar razão à importância da diversidade de modos de pensar. Parte daí a reação contra a consideração da

hierarquia entre grupos humanos segundo sua sofisticação material, principalmente bélica, mas também de realizações culturais a partir de critérios estéticos e excepcionais.

Como resultado, passou a existir grande visibilidade para o reconhecimento de apropriações culturais de quaisquer pessoas, em qualquer tempo e lugar. Por isso a disseminação, preservação e proteção de bens intangíveis tornaram-se uma abertura para as ações de patrimonializar heranças culturais antes desvalorizadas. Nesse sentido:

A iniciativa é bastante louvável, porque representa uma inovação e flexibilização nos usos da categoria patrimônio, particularmente no Brasil. Ela oferece, também, a oportunidade de aprofundar nossa reflexão sobre os significados que pode assumir essa categoria (Gonçalves, 2009, p. 28).

A desnecessária concentração na dicotomia do material e do imaterial, como dois segmentos distintos, ainda consome especialistas dedicados ao assunto. Debate que não contribui para acabar com as vias que tentam manter o fosso da separação da população do reconhecimento de sua identidade múltipla.

Apesar de não consideradas unânimes na influência da cultura nacional, dada à permanência das considerações das elites, as realizações imateriais têm recebido atenção de algumas políticas públicas e de escritos acadêmico-científicos, com base em caracterizações que as associa ao material intrínseco de sua produção (necessário conforme ambiguidade da noção de patrimônio cultural ressaltada por Jorge, 2005, p. 60). Em todo o caso, isso dá notoriedade à forma de se expressar – e essa é uma perspectiva que extrapola pertinências do modo de pensar da modernidade.

CONSIDERAÇÕES

Na reflexão, aqui realizada sobre a desestruturação de identidades sociais e trajetória da visibilidade da herança cultural no Brasil, perceberam-se estratégias para manter o poder a partir da apropriação do espaço social e da categoria patrimônio cultural pelos grupos sociais que exerceram a dominação social durante o estabelecimento do estado moderno brasileiro.

Dentre os critérios de classificação, se observaram a patrimonialização de certos bens e a tentativa de apagar parte da memória, como estratégias inscritas no longo período de aprisionamento do patrimônio cultural dentro dos ideais das elites. A proteção direcionada aos aspectos culturais dos grupos sociais considerados letrados se tratou de um processo coeso de táticas engendradas para enaltecer um conjunto de bens culturais que impede o

acesso das camadas populares, por destacar noções sujeitas a uma educação que exige esforço intelectual em longo tempo.

Se o espaço e a paisagem se modificam, o lugar para uma pessoa ou para uma classe social também se transmuta. Então, ali se criam outras afinidades relacionais, brotam outros atributos, mesmo que se apague parte do que foi vivido no local.

Muitas vezes o caráter dinâmico se dá pela imposição das classes sociais dirigentes, capitaneadas pelo capital e pelo acesso ao poder. Com isso foram criados os meios que levaram a desaparecimento de ofícios tradicionais, desfiguração de lugares e extinção de hábitos seculares inerentes ao longo estabelecimento do estado moderno, parte dos artifícios de dominação social que marcaram a concepção de patrimônio cultural no Brasil.

Evidentemente, a trajetória das ideias das oligarquias internacionais no século XIX e XX foi decisiva para a história do Brasil. No estabelecimento de permanentes bases do nascimento político, o Brasil experimentou iniciativas excludentes que influenciaram diretamente as formas espaciais, especialmente nas antigas e grandes cidades. O que hoje implica no olhar e no reconhecer-se, naquilo que a vista alcança.

A trajetória das ideias das oligarquias internacionais, nos séculos XIX e XX, desempenhou papel decisivo na conformação do espaço social brasileiro. Desde a gênese do Estado nacional, instauraram-se iniciativas excludentes que impactaram diretamente a organização do território, em especial nas antigas e grandes cidades. Tais processos ainda reverberam no presente, influenciando o modo como os sujeitos olham, habitam e se reconhecem nos espaços, ou naquilo que ainda podem alcançar com o olhar.

REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, H. DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO. IN: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (ORGS.). **DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX.** (TRADUÇÃO DE EDUARDO ALVES E ÁLVARO CABRAL). RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 1996, p. 197-201

BHABHA, H. K. **O LOCAL DA CULTURA.** BELO HORIZONTE: EDITORA UFMG, 2001.

CARDOSO, D. S.; CURA, S. R.; VIANA, W. C.; QUEIROZ, L. A. P.; COSTA, M. C. ESPACIALIDADES E RESSONÂNCIAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL: REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE E PERTENCIMENTO. **REVISTA DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (GOT)**, 11, p. 83-98, 2017.

CANCLINI, N. G. **AS CULTURAS POPULARES NO CAPITALISMO**. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1983.

CANCLINI, N. G. O PATRIMÔNIO CULTURAL E A CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA DO NACIONAL. **REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**, BRASÍLIA, 23, P. 95-115, 1994.

CANCLINI, N. G. **CULTURAS HÍBRIDAS: ESTRATÉGIAS PARA ENTRAR E SAIR DA MODERNIDADE**. SÃO PAULO: EDUSP, 2011.

CHOAY, F. **A ALEGORIA DO PATRIMÔNIO**. SÃO PAULO: EDITORA UNESP, 2001.

CHUVA, M. POR UMA HISTÓRIA DA NOÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL. **REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**, 34, RIO DE JANEIRO, P. 147-165, 2012.

CURA, S. R.; CARDOSO, D. S.; QUEIROZ, L. A. P.; VIANA, W. C.; COSTA, M. C. ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL. **REVISTA ARQUEOLOGIA PÚBLICA**, CAMPINAS, SP, V. 13, N. 2, P. 63-78, 2019. DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.20396/RAP.V13I2.8657237](https://doi.org/10.20396/RAP.V13I2.8657237).

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. A. **PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL**. RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR, 2006.

GONÇALVES, J. R. S. RESSONÂNCIA, MATERIALIDADE E SUBJETIVIDADE: AS CULTURAS COMO PATRIMÔNIOS. **REVISTA HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS**, 11 (23), P. 15-36, 2005.

GORDENSTEIN, S. L. PLANTING AXÉ IN THE CITY: URBAN TERREIROS AND THE GROWTH OF CANDOMBLÉ IN LATE NINETEENTH-CENTURY SALVADOR, BAHIA, BRAZIL. **JOURNAL OF AFRICAN DIASPORA ARCHAEOLOGY AND HERITAGE**, 5 (2), P. 71-101, 2016.

HARRISON, R. HERITAGE AS SOCIAL ACTION. IN: FAIRCLOUGH, G.; HARRISON, R.; JAMESON, J. H.; SCHOFIELD, J. **THE HERITAGE READER**. NEW YORK: ROUTLEDGE, P. 240-276, 2008.

HARVEY, D. **A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO**. SÃO PAULO: ANNABLUME, 2005.

HARVEY, D. **CONDIÇÃO PÓS-MODERNA: UMA PESQUISA SOBRE AS ORIGENS DA MUDANÇA CULTURAL**. SÃO PAULO: EDIÇÕES LOYOLA, 2008.

JORGE, V. O. **VITRINAS MUITO ILUMINADAS**. PORTO: CAMPO DAS LETRAS, 2005.

LACERDA, N. GLOBALIZAÇÃO E IDENTIDADES LOCAIS. IN: JOKILETHO, J. **GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL INTEGRADO**. RECIFE: EDITORA UNIVERSITÁRIA DA UFPE, P. 91-98, 2002.

MILLER, D. **TREÇOS, TROÇOS E COISAS: ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS SOBRE CULTURA MATERIAL**. RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR, 2013.

OLIVEIRA, M. I. C. VIVER E MORRER NO MEIO DOS SEUS: NAÇÕES E COMUNIDADES AFRICANAS NA BAHIA DO SÉCULO XIX. **REVISTA POVO NEGRO**, SÃO PAULO, 28, P. 174-193, 1995/96.

ORTIZ, R. **A MODERNA TRADIÇÃO BRASILEIRA**. SÃO PAULO: EDITORA BRASILIENSE, 2001.

PINHEIRO, M. L. B. TRAJETÓRIA DAS IDEIAS PRESERVACIONISTAS NO BRASIL: AS DÉCADAS DE 1920 E 1930. **REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**, 35, BRASÍLIA, P. 13-31, 2017.

SANTOS, J. T. GEOGRAFIA RELIGIOSA AFRO-BAIANA DO SÉCULO XIX. **REVISTA VERACIDADE**, IV (5), 2009.

SANTOS, M. **A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA**. SÃO PAULO: EDITORA HUCITEC, 1993.

SANTOS, M. **A NATUREZA DO ESPAÇO: TÉCNICA E TEMPO, RAZÃO E EMOÇÃO**. SÃO PAULO: EDUSP, 392 P., 2008.

TEIXEIRA, C. A. R. A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DA HISTÓRIA. **REVISTA BIBLOS**, 22 (1), RIO GRANDE, P. 199-211, 2008.